

Aviso para apresentação de candidaturas

Código do aviso ALGARVE-2024-37

Data de publicação 31/07/2024

Natureza do aviso Concurso em contínuo

Âmbito de atuação: Operações

Aprovado pela Deliberação CIC 10/2024/PL de 28 de março de 2024.

Designação do aviso

Ciclovias Regionais e Urbanas/Municipais ITI AMAL

Apoio para

Intervenções que promova as condições para incentivar a mobilidade ativa (pedonal e ciclável), ligada a abordagens territoriais intermodais, localizadas nos centros urbanos da Região do Algarve. Promover a descarbonização das cidades com melhoria da qualidade do ar e diminuição do ruído, em condições de segurança através do investimento em meio urbano e suburbano que conduza à redução da dependência do transporte individual.

Ações abrangidas por este aviso

No âmbito do presente Aviso são enquadráveis as seguintes ações previstas no Programa Regional do Algarve:

- Infraestruturas de mobilidade sustentável (vias pedonais e cicláveis);
- Intervenções que procedam à descarbonização de espaços públicos urbanos;
- Estudos e planos de ação para a mobilidade ativa urbana.

Entidades que se podem candidatar

As entidades mencionadas no Ponto “Entidades beneficiárias (incluindo destinatários, quando relevante)” do presente aviso.

Área geográfica abrangida

Algarve (NUTS II)

Período de candidaturas

O período para a receção de candidaturas tem início a 31/07/2024 e decorrerá até às 18:00 horas do dia 21/05/2025

Dotação fundo indicativa disponível neste aviso

15.600.000€

Fundo e Taxa máxima de cofinanciamento

FEDER

60 %

Programa financiador

Programa Regional do Algarve (Algarve 2030)

Entidade gestora do apoio/Organismo Intermédio

É Entidade Gestora no presente AAC a Autoridade de Gestão do programa Regional do Algarve (Algarve 2030), que assume desde o início as funções de gestão da operação.

É Organismo intermédio a CIM – AMAL, sendo que esta função apenas se iniciará quando esta Entidade for designada enquanto tal, passando a partir desse momento a presente operação para a sua gestão direta.

Contactos para mais informações

Linha dos Fundos 800 10 35 10 (09:00-18:00h - gratuito)

Correio eletrónico: linhadosfundos@linhadosfundos.pt

Programa Regional Algarve 2030

Telefone: +351 289 895 200 / 32 /37

Correio eletrónico: algarve2030@ccdr-alg.pt

Finalidades e objetivos

O presente aviso visa:

- Fomentar uma mobilidade ativa sem discontinuidades e em segurança, soluções inovadoras que promovam a utilização multimodal, fomentem a descarbonização das cidades através de investimento em infraestruturas pedonais e cicláveis em meio urbano e suburbano que reduzam o uso do transporte motorizado.
- Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono.
- Completar a rede de ciclovias regionais, planear e densificar as redes intraurbanas (pedonais e cicláveis) devidamente segregadas para garantir condições de segurança e acessibilidade, obtendo quando possível, zonas sem trânsito automóvel e/ou com zonas de zero emissões

Dotação

Programa	PR Algarve 2030			
Prioridade do Programa	2B Mobilidade Urbana Sustentável			
Objetivos específicos	RSO2.8. Mobilidade Urbana Sustentável			
Tipologia de ação	RSO2.8-01 Mobilidade Sustentável (RSO2.8)			
Tipologia de intervenção	RSO2.8-01-01 Mobilidade Sustentável (RSO2.8)			
Tipologia de operação	2047 - Mobilidade Ativa (pedonal e ciclável)			
Fundo	Dotação Fundo	Taxa Máxima	Dotação Nacional	Fonte de Financiamento Nacional disponível
	15.600.000€	60%		N. A
Dotação Global	15.600.000€	60%		N. A

A Dotação Fundo é indicativa e corresponde ao montante previsto para a utilização no âmbito do PR 2030.

Enquadramento em instrumentos territoriais

Estratégia Sub-regional definida ao nível da NUTS III e dinamizada pela Comunidade Intermunicipal (ITI CIM-AMAL).

Legislação nacional

Tem política pública regulada ou contribui para uma Agenda ou Estratégia Nacional?

Não

- Sim. Qual? Estratégias Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030, Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019 de 2 de agosto;
- Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Pedonal 2030, Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2023 de 7 de julho.

Tem regulamento específico?

- Não
- Sim. Qual? Regulamento Específico da Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade (RE ACS), Portaria n.º 125/2024/1, de 1 de abril, na sua redação atual.

Ações elegíveis

São elegíveis intervenções que promovam uma mobilidade urbana sustentável, nomeadamente:

- Intervenções na rede urbana de mobilidade ativa (pedonável e ciclável);
- Estudos e planos de ação para a mobilidade ativa urbana.

Entidades beneficiárias (incluindo destinatários, quando relevante)

Beneficiários, previstos no artigo 78.º do Regulamento Específico da Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade (RE ACS), Portaria n.º 125/2024/1, de 1 de abril, na sua redação atual, nomeadamente:

1. Municípios e suas associações.

Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações

Sem prejuízo dos requisitos aplicáveis aos beneficiários e aos projetos, previstos nos art.º 4.º, 14.º, 15.º, 16.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março (Regulamento Geral, doravante designado por RG), e nos art.º 7.º, 8.º, 10.º, 14.º e Secção X do Regulamento Específico da Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade (RE ACS), Portaria n.º 125/2024/1, de 1 de abril (doravante designado por REACS), nas suas atuais redações, especificam-se as seguintes condições de acesso ao presente Aviso

- a) Apresentar um custo total apurado superior a 200.000 euros. Para efeitos de apuramento do Custo Total só contribuem as despesas associadas a categorias de custos das despesas mencionados no ponto “Custos Elegíveis”;
- b) Demonstrar um grau de maturidade mínimo, tendo por referência a atividade com maior peso financeiro no investimento a candidatar, comprovado por:
 - i. para empreitadas de obras públicas, apresentação de todas as peças do procedimento devidamente

aprovadas, incluindo a apresentação do projeto de execução completo (peças escritas e desenhadas de arquitetura e engenharia, Termos de Responsabilidade devidamente assinados, nos termos da Portaria nº 701-H/2008, de 29 de julho, ou Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, conforme aplicável, na sua redação atual, bem como lista de quantidades e preços unitários e ainda comprovativo de todos os licenciamentos e autorizações prévias aplicáveis), demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento de concurso, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP);

ii. para aquisição de bens e serviços, apresentação de todas as peças do procedimento devidamente aprovadas, incluindo a lista de quantidades e preços unitários e ainda comprovativo de todos os licenciamentos e autorizações prévias aplicáveis.

- c) Evidenciar em caderno de encargos do procedimento o cumprimento da contratação segundo os princípios do green public procurement, ou, apenas para procedimentos já lançados à data da submissão da candidatura, evidenciar a alínea d) seguinte;
- d) Para todos os procedimentos, demonstrar em Lista de Quantidades e Preços Unitários a incorporação de medidas de sustentabilidade ambiental na implementação da intervenção, em adequação à tipologia de intervenção, entre outras: soluções baseadas na natureza; integração de infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco materiais na realização de obras; procedimentos ou mecanismos de supressão de ruído e mitigação de poeiras, provenientes dos trabalhos de construção/instalação; medidas de redução da emissão de gases com efeito estufa; redução do uso de energia e o aumento da eficiência energética e/ou térmica; remoção de materiais perigosos; prevenção de produção e reciclagem de resíduos; prevenção de produção de águas residuais e respetivo tratamento; internalização de princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos; redução do consumo de água;
- e) Na adoção de soluções TIC, serviços eletrónicos e aplicações no âmbito da administração pública, demonstrar que as iniciativas permitem reduções substanciais das emissões de gases com efeito de estufa comprovadas ao longo do ciclo de vida;
- f) Demonstrar dispor de fontes de financiamento para assegurar a realização da operação;
- g) Dispor dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, quando aplicável;
- h) Demonstrar a sustentabilidade da operação após realização do investimento, designadamente, no caso de projetos em infraestruturas, que devem evidenciar suficiência de recursos e mecanismos financeiros necessários para cobrir os custos de exploração e de manutenção;
- i) No caso dos projetos em infraestruturas com um prazo de vida útil previsto de, pelo menos, cinco anos, demonstrar que asseguram a resistência às alterações climáticas de acordo com o definido no Regulamento (UE) n.º 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho, na sua redação atual, por via, simultaneamente, do respeito do princípio da «prioridade à eficiência energética» e da conformidade do nível de emissões de gases com efeito de estufa inerentes ao projeto com o objetivo de neutralidade climática em 2050.
- j) Satisfazer os critérios específicos de elegibilidade, decorrentes do RE ACS (artigo 79.º), nomeadamente estar localizada nos centros urbanos e suas áreas funcionais urbanas relevantes para as ações de mobilidade urbana sustentável e enquadradas em planos de ação ou estratégias regionais ou sub-regionais definidas à escala territorial adequada pelas autoridades competentes;
- k) Apresentar o plano de ação do centro urbano que deverá estar aprovado previamente à aprovação das operações em

conformidade com o [Anexo A.4](#);

- l) Apenas serão elegíveis os investimentos que reduzam as emissões de GEE, que tenham como pressuposto a multimodalidade, aumentando o espaço para os transportes coletivos e a mobilidade ativa em segurança, não sendo apoiados investimentos que aumentem a capacidade rodoviária para os automóveis;
- m) Os planos e projetos a desenvolver para as operações deverão respeitar as Estratégias Nacionais aplicáveis, bem como as orientações da Comissão e as recomendações do Tribunal de Contas Europeu no Relatório Especial N.º 06/2020. Mobilidade Urbana Sustentável na EU.

Modalidade de apresentação de candidaturas	Número máximo de candidaturas	Duração das operações
Projetos individuais	N.A	N.A

Condições de atribuição de financiamento da operação

1. Apenas serão selecionadas operações que obtenham uma pontuação mínima de 3 valores, calculado com base no referencial de mérito descrito no [ANEXO A.2. Grelha de Avaliação do Mérito do Projeto](#), publicado com o presente aviso.
2. Os apoios a conceder revestem a forma de subvenção não reembolsável.
3. Uma operação que envolva investimentos em infraestruturas, ou investimentos produtivos, e que seja objeto de uma das mudanças previstas nos art.º 65.º do Regulamento (EU) 2021/1060, de 24 de junho (doravante designado por RDC), e art.º 15.º do RG, nas suas redações atuais, no prazo de cinco anos a contar do pagamento final ao beneficiário, restituirá os montantes pagos nos termos definidos nos referidos artigos.

Auxílios de Estado

- Aplicável?** Enquadrar:
- Regulamento Geral de Isenção de Categoria
 - Auxílios *de minimis*
 - Notificação à Comissão Europeia
 - Serviço de Interesse Económico Geral

- Não Aplicável?** Fundamentar:

As entidades promotoras das operações abrangidas pelo presente Aviso, não se enquadram no âmbito da concorrência, na medida em que o setor público municipal,

não se apresenta com virtualidade de falsear ou ameaçar falsear a concorrência entre os Estados Membros, pelo que o apoio em causa, não configura um Auxílio de Estado.

Formas de apoios

Subvenção

Custos reais

- | | | | |
|---|--------------------------------------|--------------------|------------|
| <input type="checkbox"/> Custos Unitários | <input type="checkbox"/> Em programa | Data da decisão | 00-00-0000 |
| | <input type="checkbox"/> Nacional | Deliberação CIC nº | XXXXXX |
| <input type="checkbox"/> Montantes Fixos | <input type="checkbox"/> Em programa | Data da decisão | 00-00-0000 |
| | <input type="checkbox"/> Nacional | Deliberação CIC nº | XXXXXX |
| <input type="checkbox"/> Taxa Fixa | XX % da taxa | Artigo | XXXXXX |
| <input type="checkbox"/> Financiamento não associado a custos | | Data da decisão | 00-00-0000 |

Instrumento financeiro

Custos elegíveis

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesa definidas no âmbito do art.º 20º do RG, no art.º 9 e na secção X do REACS, nas suas redações atuais, são elegíveis as despesas que vierem a ser aprovadas no âmbito do presente concurso, resultantes dos **custos reais incorridos** com a realização da operação, nomeadamente:

- a) Aquisição de serviços para a elaboração de estudos, projetos de arquitetura e engenharia diretamente ligados às operações previstas como elegíveis e prioritárias no âmbito das “Finalidades e Objetivos” descritos no presente Aviso;
- b) Trabalhos de construção civil e outros trabalhos de engenharia;
- c) Aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança em obra;
- d) Revisão de preços decorrente da legislação aplicável e do contrato de empreitada, que incida sobre o valor dos trabalhos efetivamente executados;

- e) Testes e ensaios;
 - f) Aquisição de equipamentos, sistemas de monitorização, informação, tecnológicos e software que se revelem indispensáveis às “Finalidades e Objetivos” descritos no presente Aviso;
 - g) Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) não recuperável aplicável aos custos elegíveis apurados;
 - h) Em operações cujo custo elegível financiado seja superior a 500.000,00€, é elegível a despesa com realização de um vídeo, com uma duração não inferior a um minuto, para apresentação da operação, respetivos objetivos e resultados, com cedência de direitos de autor às entidades financiadoras;
 - i) Aquisição de terrenos indispensáveis à realização da operação, por expropriação ou negociação direta, de acordo com os limites e condições fixados no ponto 2 do art.º 9º do REACS.
- j) Ações de informação, de divulgação, de sensibilização e de publicidade que se revelem necessárias para a prossecução dos objetivos da operação.

Regras ou limites específicos à elegibilidade de despesa (Quando aplicável)

Para além das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas nos art.º 64.º e 67.º do RDC e no art.º 20.º do RG, e no art.º 9º do REVTIS, nas suas redações atuais, estabelecem-se no âmbito do presente Aviso as seguintes restrições específicas:

1. As ações têm de estar integradas na estratégia de desenvolvimento territorial integrado, nomeadamente no Plano de Ação dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI CIM)
2. O apuramento do investimento elegível a cofinanciar terá em conta os custos-padrão que vierem a ser definidos pela autoridade de Gestão em orientação específica para o efeito.

Formas de pagamento

Adiantamentos % Reembolso Contra fatura

1. Os pagamentos aos beneficiários obedecem ao disposto nos art.º 28.º do RG, na sua redação atual, podendo aplicar-se eventuais alterações que venham a ocorrer durante a vida útil da operação.
2. No âmbito do presente Aviso, os pagamentos aos beneficiários são efetuados a título de adiantamento contra fatura, reembolso e/ou pagamento final.
3. Para efeitos da aplicação do disposto no ponto n.º 1, considera-se que a data de conclusão da operação ocorre quando todos os trabalhos se encontrem terminados e entregues ao beneficiário, devendo ainda a totalidade da despesa correspondente estar integralmente paga pelo beneficiário

Indicadores de realização

Programa	Programa Regional do Algarve 2030	
Tipologia de intervenção	RSO2.8-01-01 - Mobilidade Sustentável (RSO2.8)	
Tipologia de operação	2047 - Mobilidade Ativa (pedonal e ciclável)	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RCO 58 (IT)	Infraestruturas dedicadas ao ciclismo apoiadas	km
Descrição	Extensão da infraestrutura cicloviária dedicada recém-construída ou significativamente atualizada por projetos apoiados. A infraestrutura cicloviária dedicada inclui instalações cicloviárias separadas das vias para tráfego de veículos ou outras partes da mesma via, por meios estruturais (meios, barreiras), vias para ciclistas, túneis para ciclistas, etc. No caso de infraestruturas cicloviárias com vias de sentido separadas (por exemplo, de cada lado da estrada), o comprimento é medido como o comprimento da pista.	
Método de cálculo	Somatório da extensão das infraestruturas cicloviárias apoiadas.	

Programa	Programa Regional do Algarve 2030	
Tipologia de intervenção	RSO2.8-01-01 - Mobilidade Sustentável (RSO2.8)	
Tipologia de operação	2047 - Mobilidade Ativa (pedonal e ciclável)	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RPO 060 (IT)	Espaços pedonais requalificados e expandidos para promover a mobilidades pedonal	m2
Descrição	Área de espaços pedonais requalificados e/ou expandidos para promover a mobilidades pedonal;	
Método de cálculo	Somatório das áreas pedonais requalificadas e/ou expandidas para promover a mobilidades pedonal;	

(Duplicar a tabela conforme as necessidades)

Indicadores de resultado

Programa	Programa Regional do Algarve 2030	
Tipologia de intervenção	RSO2.8-01-01 - Mobilidade Sustentável (RSO2.8)	
Tipologia de operação	2047 - Mobilidade Ativa (pedonal e ciclável)	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RCR 64 (IT)	Utilizadores anuais de infraestruturas dedicadas ao ciclismo	utilizadores/ano
Descrição	Utilizadores anuais da infraestrutura dedicada ao ciclismo, em projetos apoiados. A infraestrutura cicloviária dedicada inclui instalações cicloviárias separadas das vias para tráfego de veículos ou outras partes da mesma via, por meios estruturais (meios, barreiras), vias para ciclistas, túneis para ciclistas, etc. Os valores alcançados são estimados ex-post em termos do número de utentes que utilizam a infraestrutura no ano após a conclusão física da intervenção.	
Método de cálculo	Somatório do número de utilizadores anuais das infraestruturas, no âmbito dos projetos apoiados.	

Indicadores de acompanhamento

Programa	Programa Regional do Algarve 2030	
Tipologia de intervenção	RSO2.8-01-01 - Mobilidade Sustentável (RSO2.8)	
Tipologia de operação	2047 - Mobilidade Ativa (pedonal e ciclável)	
Código do indicador	Designação do indicador	Unidade
RPA007	Infraestruturas que promovem a mobilidade suave	Nº
Descrição	Nº de Infraestruturas apoiados na operação, designadamente dos seguintes tipos: - Construção de ciclovias segregadas das vias de tráfego motorizado, para separar o tráfego de bicicletas do tráfego automóvel. - Requalificação e expansão de calçadas e passeios para promover a mobilidade pedonal; - Construção de pontes/passagens inferiores pedonais, em zonas de elevado tráfego rodoviário; - Qualificação de interfaces e paragens de transportes públicos articulados com a mobilidade suave ativa; - Estacionamentos para Bicicletas (em áreas seguras em locais estratégicos, como estações de comboio, paragens de transportes públicos e áreas comerciais).	
Método de cálculo	Somatório do número de tipo de infraestruturas apoiados na operação.	

Consequências do incumprimento dos indicadores

Caso não sejam cumpridos pelo menos 85% do valor dos indicadores de realização de operação e programa, serão aplicadas penalizações no financiamento concedido, nos seguintes moldes:

- Por cada ponto percentual de desvio negativo, da média dos valores contratualizados nos indicadores de realização, procede-se a uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível, até ao limite máximo de 5% dessa despesa.

Caso não seja atingido pelo menos 40% do valor do indicador de realização, poderá ser revogada a decisão de aprovação da candidatura.

Sem prejuízo do previamente disposto, os resultados fixados na decisão de aprovação podem ser revistos pela Autoridade de Gestão após a decisão de aprovação e enquanto não seja submetido o pedido de pagamento de saldo final, em casos devidamente fundamentados.

As referidas penalizações não se aplicam aos indicadores de acompanhamento, atendendo à sua natureza.

Mecanismos de bonificação (Quando aplicável)

Não aplicável

Critérios de seleção das operações aprovados em: 13/06/2024

Obrigações dos beneficiários em matéria de notoriedade, transparência e comunicação

1 Os beneficiários estão obrigados a cumprir as regras de comunicação constantes nas disposições regulamentares comunitárias e nacionais aplicáveis.

2. Neste contexto, os beneficiários deverão assegurar a publicitação dos apoios através da inclusão das insígnias do Programa Regional ALGARVE 2030, do Portugal 2030 e da União Europeia nas infraestruturas, equipamentos, ações imateriais, no respetivo sítio da Internet e em todos os materiais de divulgação e atividades de comunicação das operações, nos termos definidos para o efeito no art.º 50 do RDC e na alínea d) do n.º 1 e no n.º 2 do art.º 15 do RG, nas suas redações atuais.

Outras entidades que intervêm no processo

Não está prevista a intervenção de outras entidades para além das que estão identificadas no campo “Entidade gestora do apoio/Organismo Intermédio”.

Processo de admissão e seleção das candidaturas

Apresentação

Como se apresentam

A apresentação das candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico, devidamente preenchido, no Balcão dos Fundos (<https://balcaofundosue.pt/>), doravante designado por Balcão2030. Encontra-se disponível para o efeito o <Guia Geral de Apoio aos Beneficiários>.

1. O referido formulário deve ser acompanhado dos documentos discriminados no ANEXO A.1. Documentos necessários para apresentar uma candidatura, a anexar no ecrã “documentos”.
2. Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado o registo e autenticação no Balcão dos Fundos. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa a que pretende candidatar-se.
3. Na referida área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2030.
4. A candidatura não poderá ser alterada após a sua entrada em circuito de análise.

Quais são os critérios de seleção

a). Verificado o cumprimento das condições de elegibilidade dos beneficiários e dos projetos, decorrentes da legislação nacional e comunitária em matéria de Fundos Europeus, assim como do presente Aviso, a seleção das candidaturas basear-se-á em quatro critérios centrais de seleção, aprovados pelo Comité de Acompanhamento dos Programas e comuns às operações do Portugal 2030: Adequação à Estratégia, Impacto, Capacidade de execução e Qualidade do Projeto.

b). Os referidos critérios de seleção são utilizados para a avaliação de mérito absoluto da candidatura, que analisa a melhor relação possível entre o montante de apoio, as atividades a realizar e os resultados a atingir, assegurando o cumprimento da estratégia e objetivos do Programa, o âmbito de aplicação do Fundo e os princípios transversais aplicáveis.

c). O mérito absoluto do projeto (MP) será determinado pela soma ponderada da pontuação obtida em cada um dos critérios de seleção, em respeito pelos intervalos dos coeficientes de ponderação aprovados pelo Comité de Acompanhamento, com base na seguinte metodologia: $MP = 0,30*3+0,25*2+0,15*1+0,30*2$, em que:

1 = Adequação à Estratégia,

2 = Impacto,

3 = Capacidade de execução e

4 = Qualidade do Projeto.

d)A densificação dos critérios em subcritérios de nível subsequente, bem como os respetivos coeficientes de ponderação, encontra-se descrita no ANEXO A.2 Grelha de Avaliação do Mérito do Projeto.

e) Para o apuramento das pontuações parcelares, a classificação é atribuída de uma escala de valoração de 1 a 5 pontos,

excluindo-se a possibilidade de valores decimais.

f) Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis, e objeto de hierarquização, os projetos que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00.

Para efeitos de desempate, entre candidaturas, são consideradas sucessivamente as seguintes variáveis:

1º - Qualidade do Projeto;

2º - Adequação à Estratégia;

3º - Data de entrada da candidatura.

Como funciona o processo de análise e decisão das candidaturas

Calendário de candidaturas

Abertura	31/07/2024
Fecho	21/05/2025
Análise	60 dias úteis após a submissão
Notificação para audiência prévia (proposta de decisão)	5 dias úteis após proposta de decisão
Análise das respostas à audiência prévia dos interessados	30 dias úteis após alegações, quando aplicável
Data Limite para a comunicação da decisão aos candidatos	5 dias úteis após decisão definitiva

Processo de análise e decisão

1. As candidaturas são analisadas pela entidade com competências para o efeito, de acordo com o definido no ponto “Entidade gestora do apoio/Organismo Intermédio”, com base na informação constante do formulário de candidatura e documentos anexos, e de acordo com os critérios de elegibilidade e de seleção decorrentes da legislação nacional e comunitária bem como do presente Aviso;
2. Concluída a análise das candidaturas e antes de ser adotada a decisão, os candidatos serão ouvidos, nos termos legais, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento, aprovação parcial face ao solicitado na candidatura ou aprovação condicionada, e os respetivos fundamentos;
3. Sem prejuízo das situações referidas no número anterior, quando os pedidos forem integralmente deferidos, a adoção da decisão fica dispensada de audição dos interessados, nos termos do disposto no Código do Procedimento Administrativo.

Decisão sobre as candidaturas

1. A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida no prazo de 60 dias úteis contados a partir da data de submissão da candidatura, e notificada ao candidato no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua emissão, juntamente com o respetivo Termo de Aceitação;
2. O prazo acima mencionado é suspenso quando sejam solicitados ao candidato elementos em falta, ou esclarecimentos, o que só poderá ocorrer uma vez;

- Os elementos solicitados devem ser enviados à Autoridade de Gestão no prazo que for fixado que não pode exceder 10 dias úteis a contar da receção do pedido de elementos, a menos que o requerente apresente uma justificação aceite pela Autoridade de Gestão.

Onde são comunicadas as decisões às entidades candidatas

As entidades que solicitam apoio recebem notificações da proposta de decisão e da decisão final:

- na sua área reservada no Balcão de Fundos;
- através do Serviço Público de Notificações Eletrónicas (SPNE).

Aceitação ou não aceitação da decisão

A aceitação da decisão de deferimento da candidatura deve ser feita pelo beneficiário mediante assinatura do termo de aceitação, através de assinatura digital qualificada, com atributos profissionais suficientes para o ato, que comprove os poderes de representação do beneficiário, por parte do subscritor, e apresentada no Balcão de Fundos.

A decisão de aprovação da candidatura caduca quando, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da notificação da decisão de aprovação, o termo de aceitação não for submetido no Balcão dos Fundos, devidamente assinado, nos termos do número anterior.

Em casos devidamente justificados e a pedido do beneficiário, pode a autoridade de gestão aceitar a prorrogação do prazo acima referido, findo o qual caduca a decisão de aprovação da candidatura.

Onde são publicadas as listas das candidaturas aprovadas

Onde são publicadas as listas de candidaturas aprovadas:

- No site do Programa (Regional do Algarve 2030);
- No site do Portugal 2030.

Pedidos de alteração à candidatura

As alterações aos elementos contidos no termo de aceitação estão sujeitas a uma nova decisão da autoridade de gestão.

É necessária a assinatura de um novo termo de aceitação, caso se trate de alterações aos elementos de identificação dos beneficiários e seus representantes legais, incluindo, quando aplicável, todos os que participam nas operações em cooperação, à identificação do programa, do fundo, da prioridade, do objetivo específico, da tipologia de intervenção

e/ou operação ou, ainda, alterações ao montante do apoio público e a respetiva taxa de cofinanciamento, com explicitação das fontes de financiamento europeu e nacional ou aos indicadores de realização e resultado e as metas a atingir.

A decisão sobre a alteração à candidatura pode ser de aprovação, não aprovação ou de aprovação condicionada à satisfação de determinados requisitos

Faro, 31 de julho de 2024

O Presidente da Comissão Diretiva do ALGARVE 2030

José Apolinário

Anexos

Anexo A. Candidatura

1. Documentos necessários para apresentar uma candidatura
2. Grelha de Avaliação do Mérito do Projeto
3. Critérios “Não Prejudicar Significativamente” e apoio aos objetivos em matéria de alterações climáticas
4. Plano de ação para a mobilidade ativa do centro urbano

Anexo B. Legislação aplicável a este Aviso

1. Legislação e regulamentação aplicável a este Aviso

Anexo A.1

Documentos necessários para apresentar uma candidatura

1. Memória descritiva e justificativa que inclua:

- a) Enquadramento na(s) tipologia(s) de ação/operação prevista(s) no Aviso de Concurso
- b) Identificação e justificação do enquadramento do investimento.
- c) Descritivo detalhado da candidatura e dos seus objetivos, bem como da necessidade, oportunidade e resultados a atingir com a realização da operação.
- d) Identificação e justificação dos indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos.
- e) Caracterização técnica e fundamentação dos custos de investimento que contenha: identificação do grau de maturidade; cálculos justificativos do apuramento do custo total, elegível e não elegível proposto; calendarização da realização física e financeira; identificação dos respetivos procedimentos contratuais previstos associar, identificação dos respetivos procedimentos contratuais previstos associar.
- f) Contributo para a fundamentação da análise de mérito, obedecendo ao respetivo referencial constante do **ANEXO A.2**. "Grelha de Avaliação do Mérito do Projeto" publicado junto com o presente Aviso.
- g) Demonstração do alinhamento dos investimentos a realizar com o Princípio «Não Prejudicar Significativamente», conforme concretizado no **ANEXO A.3** do presente Aviso
- h) Plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, bem como evidenciar o cumprimento das obrigações legais fixadas em matéria de notoriedade, transparência e comunicação.

2. Anexos:

- a) Documentação comprovativa do grau de maturidade nos termos definidos no Aviso (alínea a) do ponto "Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações"), conforme o caso aplicável.
- b) Caderno de encargos com evidência do cumprimento da contratação segundo os princípios do *green public procurement*, se aplicável (alínea b) do ponto "Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações")
- c) Lista de Quantidades e Preços Unitários com evidência da incorporação de medidas de sustentabilidade ambiental na implementação da intervenção (alínea c) do ponto "Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações)

- d) Informação técnica detalhada emitida pelos serviços municipais, que analise a observância da operação urbanística com as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes dos instrumentos de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico de gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção
- e) Extratos das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, com a identificação da área de intervenção, que evidenciem o enquadramento da operação urbanística efetuado na alínea anterior em razão da localização.
- f) Pareceres/licenças/autorizações/isenções emitidos pelas entidades externas competentes, sobre o projeto técnico (Ex. Câmara Municipal, ANEPC, ...) e/ou para instalação de equipamento, se aplicável, em razão da localização (Ex: CCDR, APA/ARH, ERRAN, ICNF, ...) da intervenção (conforme aplicável).
- g) Planta com a delimitação georreferenciada da(s) parcela(s) matriciais e respetiva identificação das áreas totais objeto da intervenção, distinguindo arranjos exteriores caso aplicável.
- h) Comprovativo da propriedade (Certidão do Registo Predial e Caderneta Predial) e, caso aplicável, da legitimidade de intervenção nos imóveis (terrenos, edifícios, frações) necessários à concretização da intervenção, quando não resulte da referida CRP o beneficiário como proprietário.
- i) Capacidade para a realização do investimento: documento emitido pelo órgão competente, que comprove o compromisso de realização dos montantes totais propostos (alínea f) do ponto "Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações").
- j) Diagnóstico aprovado pelo município onde conste a necessidade de intervenção e o alinhamento com a política setorial (alínea h) do ponto "Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações")
- k) Demonstração da sustentabilidade da operação após realização do investimento,
- l) Declaração de compromisso do cumprimento das regras nacionais e comunitárias aplicáveis no âmbito dos Fundos Europeus, em matéria de requisitos e obrigações do beneficiário e das operações,
- m) Declaração de enquadramento no regime de IVA aplicável subscrita pelo responsável financeiro,
- n) No caso de intervenções que incluam medidas de eficiência energética, apresentação do Pré-Certificado/Certificado Energético (ex-ante) emitido nos termos do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, na sua redação atual (alínea d) do ponto "Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações").
- o) Documentação comprovativa das reduções substanciais das emissões de GEE (alínea e) do ponto "Condições específicas ou normas técnicas a observar pelo beneficiário ou operações
- p) Apresentação de declaração UE de conformidade e etiqueta energética, referente aos equipamentos adquiridos;
- q) Apresentar o Plano de Ação do Centro Urbano, em conformidade com o Anexo A.4
- r) Apresentar o cálculo dos custos de referência quando aplicável à operação (a publicar por Orientação da Autoridade de Gestão).

Anexo A.2

Grelha de Avaliação do Mérito do Projeto

Ciclovias Regionais e urbanas/municipais				
1º NÍVEL	PESO 1º NÍVEL	2º NÍVEL	3º NÍVEL	
1 - ADEQUAÇÃO À ESTRATÉGIA	30%	1.1 - Contributo do projeto para os indicadores de realização e resultado comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta		
		1.1.1 - Avalia o contributo da operação para os seguintes indicadores de realização e resultados específicos do Programa: RCO 58 e RCR 64.		
		10%	Muito bom: A operação contribui favoravelmente para os dois (2) indicadores definidos no presente Aviso (realização e resultado):	5
			Suficiente: A operação contribui para um (1) indicador de realização ou de resultado definido no presente Aviso;	3
			Insuficiente: A operação não contribui para nenhum indicador presente no Aviso.	1
		1.2 - Adequação do projeto aos objetivos e medidas de política pública na área de intervenção da iniciativa		
		1.2.1 - Avalia se o projeto se encontra alinhado com as prioridades de política pública na área de intervenção da iniciativa, tais como: PNI2030; e estratégias de descarbonização dos transportes e da economia, a nível setorial e regional (ENMAP 2030 e ENMAC 2030, e PA do Centro Urbano)		
		10%	Muito Bom: A operação encontra-se alinhada com as estratégias nacionais e prevista no plano de ação para a mobilidade urbana ativa do centro urbano respetivo (estratégia de descarbonização local) que já se encontra aprovada;	5
			Bom: A operação está alinhada com o PNI2030 ou com outras estratégias nacionais e está prevista no plano de ação para a mobilidade urbana ativa do centro urbano respetivo (estratégia de descarbonização local) - em fase de aprovação;	4
			Suficiente: A operação está alinhada com o PNI2030 ou com outras estratégias nacionais e está prevista no plano de ação para a mobilidade urbana ativa do centro urbano respetivo (estratégia de descarbonização local) - em fase de elaboração;	3
			Muito Insuficiente: A operação não está prevista na estratégia de desenvolvimento regional, nem alinhada com os planos ou estratégias setoriais.	1
		1.3 - Contributo do projeto para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável		
1.3.1- Avalia o contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em que Portugal materializa as suas prioridades estratégicas na implementação da Agenda 2030				
10%	Muito bom: A operação, contribui para 3 ou mais ODS;	5		
	Bom: A operação, contribui para 2 ODS ;	4		
	Suficiente: A operação, contribui para 1 ODS;	3		
	Insuficiente: A operação não evidencia contributo ou sem contributo.	2		
2 - IMPACTO	25%	2.1 - Abrangência do público-alvo e/ou cobertura geográfica e populacional da operação		
		2.1.1 Avalia o impacto da operação com base na cobertura territorial e/ou abrangência do Público alvo e/ou populacional da intervenção.		
		15%	Muito Bom: A operação abrange mais de 10 Km e mais de 12% da população da região, com base na população residente das freguesias servidas;	5
			Bom: A operação abrange mais de 5 Km e entre de 8% e 12% da população da região, com base na população residente das freguesias servidas;	4
			Suficiente: A operação abrange mais de 1 Km e entre de 4% e 8% da população da região, com base na população residente das freguesias servidas;	3
			Insuficiente: A operação abrange menos de 1 Km e menos de 4% da população da região, com base na população residente das freguesias servidas.	2
		2.2 - Contributo para uma mobilidade mais inclusiva e sustentável		
		2.2.1.- Avalia se a intervenção proposta incorpora medidas inclusivas, que respeitam o cumprimento dos requisitos de acessibilidades nos seus diferentes domínios, (físico, sensorial, cognitivo e de comunicação) e se não contribuir para um impacto negativo na biodiversidade e sustentabilidade ambiental;		
10%	Muito Bom: Evidencia o cumprimento de requisitos obrigatórios e outros, que embora não estando definidas no enquadramento jurídico obrigatório atualmente em vigor, configurem melhorias significativas em termos de acessibilidades físicas, comunicacionais e de informação;	5		
	Suficiente: Evidencia o cumprimento de requisitos obrigatórios;	3		
	Insuficiente: Não evidencia.	2		

3 - CAPACIDADE DE EXECUÇÃO	15%	3.1- Capacidade administrativo financeira da entidade beneficiário e/ou projeto		
		3.1.1 Avalia a capacidade de mobilização dos recursos financeiros em função da disponibilidade financeira/autorização orçamental		
		Muito Bom: Com autorização e cobertura orçamental para a execução do investimento (atividade principal);	5	
		Bom: Com autorização e cobertura orçamental para o lançamento do procedimento de adjudicação do investimento (atividade principal);	4	
		Suficiente: Com inscrição do projeto em Plano e Orçamento;	3	
		Insuficiente: Não evidenciada ou sem inscrição do projeto em Plano e Orçamento.	2	
4 - QUALIDADE DO PROJETO	5%	4.1-Abordagem integrada, complementaridade e sinergias		
		4.1.1 -Será avaliado se a operação tem complementaridade e sinergias com outras intervenções cofinanciadas por outros instrumentos de financiamento comunitários e/ou nacionais, ou outras não cofinanciadas		
		A operação demonstra complementaridade e sinergias com mais de 2 projetos;	5	
		A operação demonstra complementaridade e sinergias com pelo menos 2 projetos;	4	
		A operação demonstra complementaridade e sinergias com pelo menos 1 projeto;	3	
			Complementaridade ou sinergias não evidenciada ou inexistente.	2
	30%	4.2 Coerência e adequação do projeto e do plano de trabalho face ao diagnóstico de necessidades e aos objetivos visados		(*)
		4.2.1 -Avalia o carácter prioritário da intervenção, no contexto das Cicloviárias Regionais e no âmbito do Plano de Ação do Centro Urbano para estas tipologias de Operação, tendo por base a fundamentação da pertinência dos objetivos a atingir, nomeadamente as características de segurança inerentes às operações.		
		Muito Bom: Fundamenta a adequação e necessidade de priorização do investimento, contemplando/especificando a totalidade das seguintes dimensões: cicloviárias segregadas das vias de tráfego/vias pedonais melhoradas em zonas de elevado tráfego/melhoria de acessibilidades físicas, comunicacionais e de informação para os grupos mais vulneráveis/equipamentos que promovem a mobilidade suave/existência de corredores verdes (árvores ou arbustos) que acompanhem os corredores pedonais e cicláveis;	5	
		Bom: Fundamenta a adequação e necessidade de priorização do investimento, contemplando/especificando pelo menos 4 das seguintes dimensões sendo obrigatória a primeira (cicloviárias segregadas das vias de tráfego/vias pedonais melhoradas em zonas de elevado tráfego);	4	
Suficiente: Fundamenta a adequação e necessidade de priorização do investimento, contemplando/especificando pelo menos 3 das seguintes dimensões sendo obrigatória a primeira (cicloviárias segregadas das vias de tráfego/vias pedonais melhoradas em zonas de elevado tráfego);		3		
		Muito Insuficiente: Não fundamenta ou não contempla nenhum dos elementos anteriores.	1	
1) Nos avisos para operações de carácter essencialmente imaterial será utilizado, no nível de Adequação à Estratégia, somente o Critério 1.2.				
(*) A atribuição da notação de insuficiente ou muito insuficiente ou nula, determinará a não elegibilidade do projeto				
MP = 0,30*3 + 0,25*2 + 0,15*1 + 0,30*2				

Anexo A.3

Critérios “Não Prejudicar Significativamente” e apoio aos objetivos em matéria de alterações climáticas

De acordo com o texto do PR Algarve 2030, as intervenções previstas realizar no presente Objetivo Específico foram avaliadas como compatíveis com o princípio “Não Prejudicar Significativamente” (DNSH), na aceção do artigo 17º, do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, uma vez que respeitam a orientação técnica do MRR relativa ao DNSH.

No entanto, neste âmbito as intervenções objeto de financiamento deverão contribuir, conforme aplicável, para o cumprimento dos objetivos ambientais definidos nos termos do artigo 17º, do Regulamento (UE) 2020/852, concretamente os seguintes:

- a. A mitigação das alterações climáticas;
- b. A adaptação às alterações climáticas;
- c. A utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos;
- d. A transição para uma economia circular;
- e. A prevenção e o controlo da poluição.

Para este efeito, deverá o promotor acrescentar informação sobre o alinhamento dos investimentos a realizar com o princípio “Não prejudicar significativamente” (DNSH) no que for aplicável.

A) Requisitos relativos ao objetivo “Mitigação das alterações climáticas”:

As intervenções candidatas devem preferencialmente, e sempre que possível, quer por via da reabilitação quer da construção, promover soluções que assegurem um resultado em termos de redução do consumo de energia, com elevados padrões de eficiência energética e térmica do edificado. Estes requisitos relativos ao desempenho energético deverão, sempre que possível, estar plasmados nos projetos de execução relativos à construção ou reabilitação de edifícios, tendo em vista a obtenção do seguinte:

1. No caso de novas construções, o cumprimento do requisito NZEB+20%, ou seja, que apresente um indicador de desempenho energético, relativo ao consumo de energia primária total do edifício inferior em, pelo menos, 20%, ao requisito aplicável aos edifícios NZEB (edifícios com necessidades quase nulas de energia)

2. No caso de recuperação/reabilitação de edifícios existentes, alcançar, em média, pelo menos uma renovação de nível médio, tal como definido na Recomendação (UE) 2019/786 da Comissão sobre a renovação dos edifícios ou alcançar, em média, uma redução de, pelo menos, 30% das emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa em comparação com as emissões ex-ante.

B) Requisitos relativos à “Adaptação às alterações climáticas”:

Garantir que os edifícios a construir ou a reabilitar se tornem mais resilientes e adaptados às alterações climáticas, reduzindo a vulnerabilidade às ondas de calor, bem como ao risco sísmico. Estes requisitos deverão, sempre que possível, estar plasmados nos projetos de execução e cadernos de encargos (especificações técnicas), ou na fase de execução nos respetivos contratos de empreitadas (requisitos contratuais) relativos à construção ou reabilitação de edifícios. Os riscos físicos associados ao clima que poderão ser significativos para o investimento deverão ser avaliados no âmbito de uma análise de exposição, que abrangerá o clima atual e futuro, conforme a localização dos edifícios a construir ou a reabilitar e respetivas zonas climáticas. Os sistemas técnicos nos edifícios construídos ou reabilitados deverão ser otimizados conforme eventos extremos previstos para as respetivas zonas climáticas, de modo a salvaguardar o conforto térmico e a segurança dos utilizadores

C) Requisitos relativos à “Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos”:

Os projetos de construção ou reabilitação das infraestruturas devem, sempre que possível, incluir medidas de eficiência hídrica, evidenciadas nos projetos de execução e peças contratuais, que permitam a redução do consumo de água nos edifícios a intervencionar, garantindo que os investimentos contribuem para a conservação dos recursos hídricos e para a redução de consumos energéticos associados ao ciclo de urbano da água.

D) Requisitos relativos à “Economia circular” (incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos):

1. As obras de construção e reabilitação das infraestruturas devem, sempre que possível, incorporar:

1.1. 10% de materiais reciclados na prevenção e gestão RCD;

1.2. Pelo menos 70% (em peso) dos RCD não perigosos preparados para reutilização e, reciclagem e outras operações de recuperação de materiais.

Nestes termos, deve ser assegurada a elaboração de um plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD), nomeadamente que permita desmontar o edifício em elementos, não só os mais facilmente removíveis, designadamente caixilharias, loiças sanitárias, canalizações, entre outros, mas também os componentes e/ou materiais, de forma a recuperar e permitir a reutilização e reciclagem da máxima quantidade de elementos e/ou materiais construtivos, entre outras obrigações cujo objetivo é garantir a valorização de todos os RCD que tenham potencial de valorização. As intervenções deverão ainda assegurar que parte dos RCD não perigosos produzidos serão preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, incluindo operações de enchimento usando resíduos para substituir outros

materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos. Será ainda garantida a utilização de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, no âmbito da contratação de empreitadas de construção e de manutenção de infraestruturas ao abrigo do Código dos Contratos Públicos. As obras de construção deverão ser promovidas de acordo com as orientações de boas práticas estabelecidas no Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da UE e com os critérios ecológicos, em particular para o conjunto de bens e serviços que dispõem já de manuais nacionais ou Acordos-Quadro em vigor ou, no caso de bens e serviços que não dispõem de Manuais ou Acordos-Quadro nacionais, à adoção, a título facultativo, dos critérios estabelecidos a nível da UE.

2. Relativamente à aquisição de meios digitais e outros para equipar as infraestruturas, deverão ser privilegiadas as aquisições que sejam promovidas ao abrigo dos critérios em matéria de contratos públicos ecológicos da UE, uma vez que a natureza do investimento é maioritariamente pública. Adicionalmente, os equipamentos mencionados devem cumprir com os requisitos definidos no Decreto-Lei n.º 12/2011, na sua atual redação, quando à sua conceção ecológica e eficiência energética sempre que aplicável, e seja assegurado que não contêm as substâncias perigosas listadas no Anexo II da Diretiva n.º 2011/65/UE do Parlamento Europeu, na sua redação atual, exceto quando as concentrações por peso não ultrapassam os valores estabelecidos no mesmo. Os equipamentos informáticos e outros deverão estar abrangidos por um plano de gestão de resíduos que deve incluir ainda especificações técnicas relativas à durabilidade, reparabilidade e reciclabilidade dos equipamentos elétricos e eletrónicos a adquirir e instalar, de acordo com os normativos aplicáveis, de forma a que a medida não conduza a um aumento significativo da produção, da incineração ou da eliminação de resíduos, dê origem a ineficiências significativas na utilização direta ou indireta de qualquer recurso natural ou venha a causar danos significativos e de longo prazo no ambiente.

E) Requisitos relativos à “Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo”:

1. As intervenções devem, sempre que possível, incluir medidas de supressão de ruído e mitigação de poeiras, provenientes dos trabalhos de construção. Quanto às emissões de poluentes para o ar, a água ou o solo, a renovação e construção de edifícios pressupõe o cumprimento dos requisitos NZEB, o que implica que as necessidades de energia sejam cobertas, em grande medida, por energia proveniente de fontes renováveis, conduzindo a uma redução significativa das emissões para a atmosfera e à conseqüente melhoria da saúde pública, bem como que durante a fase de construção sejam consideradas medidas de mitigação das emissões de poeiras e ruído. O Regulamento Geral de Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na redação atual, estabelece regras para a realização de obras de construção civil, designadamente exigindo a obtenção de uma licença especial de ruído para a execução de atividades ruidosas e limitando o período em que estas podem ser concretizadas

2. No caso das intervenções de renovação, devem garantir que os componentes e materiais de construção utilizados na renovação dos edifícios não contêm amianto nem substâncias que suscitem elevada preocupação, identificadas com base na lista de substâncias sujeitas a autorização constante do anexo XIV do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, na sua redação

atual, assim como devem garantir que os componentes e materiais de construção que possam entrar em contacto com ocupantes emitam menos de 0,06 mg de formaldeído por m³ de material ou componente e menos de 0,001 mg de compostos orgânicos voláteis cancerígenos das categorias 1A e 1B por m³ de material ou componente, após ensaio em conformidade com as normas CEN/TS 16516 e ISO 16000-3, ou com outras condições de ensaio e métodos de determinação normalizados comparáveis.

Anexo A.4

Plano de ação para a mobilidade ativa do centro urbano

Documento sintético a apresentar previamente ou juntamente com a submissão da operação

1 - Enquadramento:

Apresentação de estudo com o plano de mobilidade suave e ativa, onde sejam evidentes as ações a tomar pelo município, para um incremento da rede de mobilidade suave e ativa (pedonal e ciclável). O estudo deverá evidenciar o reforço da promoção da bicicleta nas deslocações quotidianas e de lazer, na rede de percursos da malha urbana e a coerência das soluções técnicas e traçados a definir no contexto da malha urbana.

2 - Objetivo:

Enumerar os objetivos alcançados com as intervenções, na sequência da promoção dos modos suaves (bicicleta e pedonal), evidenciando as diferentes estratégias de mobilidade com cada ação, com especial reforço na promoção da bicicleta nas deslocações diárias.

3 - Planta de localização:

Planta de localização com indicação dos principais nós do sistema de transporte, dos pontos prioritários a servir o centro urbano, dos troços a intervir, o seu nível de prioridade, maturidade e calendarização.

4 - Características técnicas dos troços:

Extensão dos troços por tipologia (pedonal ou ciclável), a largura das faixas, materiais de revestimento e medidas/elementos de segregação previstos.

5 - Calendarização:

Nas calendarizações de intervenção de 2024-2025, identificar mês e ano e a partir de 2026 identificar apenas o ano da intervenção.

6 - Investimento estimado:

Estimativa orçamental das intervenções.

7 – Outras informações:

Referir medidas de sensibilização e informação, promoção dos modos suaves e ativos, a integração de novas tecnologias, pontos de estacionamento automóvel e ciclável.

Anexo B – 1. Legislação e Regulamentação Aplicáveis

EUROPEIA:

-
- Regulamento (UE) 2021/1060, de 24 de junho do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às Disposições Comuns (RDC);
- Regulamento (UE) 2021/1058, de 24 de junho - Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão;
- Regulamento (EU) 2020/852, de 18 de junho - Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável do ponto de vista ambiental
- Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e Conselho, de 27 de abril, relativo ao tratamento de dados pessoais.

NACIONAL

- Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027
- Decreto-lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030
- Regulamento Específico da Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade (RE ACS), Portaria n.º 125/2024/1, de 1 de abril, na sua redação atual.
- Leis n.º 58/2019 e n.º 59/2019, ambas de 8 de agosto, sobre tratamento de dados pessoais.